

CARVOEIROS: O TRABALHO E AS RELAÇÕES COM O ESPAÇO URBANO (MANAUS: 1945-1967)

CARVOEIROS: WORK AND RELATIONS WITH URBAN SPACE (MANAUS: 1945-1967)



SÉRGIO CARVALHO DE LIMA¹

Resumo

Os carvoeiros compunham uma categoria do universo informal de trabalho na cidade de Manaus no período entre o final do segundo surto da borracha na Amazônia e o início da implantação da Zona Franca de Manaus. Estavam envolvidos na produção e comercialização do carvão vegetal, à época uma fonte energética das mais importantes no cotidiano urbano. O presente texto busca analisar esta categoria de trabalhadores, destacando sobretudo, suas relações com o espaço urbano e, no contexto de uma cidade em que o ritmo das atividades econômicas havia se reduzido sensivelmente, perceber também como estabeleciam cotidianamente suas formas de resistência.

Palavras-chave: Carvoeiros. Trabalho. Cidade.

Abstract

Charcoal workers were part of an informal working category in the city of Manaus in the period between the end of the second rubber boom in the Amazon and the beginning of the Manaus Free Trade Zone. They were involved in the production and sale of charcoal, which at the time was one of the most important energy sources in urban daily life. This text seeks to analyze this category of workers, highlighting, above all, their relations with the urban space and, in the context of a city in which the pace of economic activities had been significantly reduced, also perceiving how they established their forms of resistance on a daily basis.

Keywords: Charcoal workers. Work. City.

Introdução

Os tradicionais estudos históricos sobre a cidade de Manaus primavam muitas vezes pelo ufanismo à monumentalidade e às grandes figuras e vultos políticos. Embora

¹ Doutorando em História pelo programa de Pós-Graduação em História da UFAM. Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre História Política e História do Trabalho na Amazônia (LABHUTA) e professor da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM) e da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED). Tem experiência na Educação Básica e na área de História com ênfase na História do Trabalho e História do Amazonas. E-mail: sergiolima.scj@gmail.com

não se negue o valor desses trabalhos dentro de uma determinada perspectiva, é notório que os mesmos acabavam ocultando os diversos processos e experiências sociais presentes no espaço urbano, haja vista que a cidade não pode ser pensada simplesmente em seus aspectos estruturais e arquitetônicos.

A cidade vai além de seus artefatos físicos, monumentos, prédios e edifícios e envolve, sobretudo os modos como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam. O espaço urbano deve ser entendido, assim, como o lugar onde se instituem as relações, as experiências de seus próprios habitantes, e onde se estabelecem os processos interativos entre o fazer-se de ambos, ou seja, moradores, trabalhadores e a própria cidade².

Nessa perspectiva, a cidade pode ser vista também como um palco e resultado de vivências e experiências múltiplas, onde a abordagem histórica só tem sentido quando se busca compreender essas vivências, as lutas cotidianas em defesa de interesses diversos, os modos de viver, morar, se divertir e trabalhar³. A cidade é uma realidade social composta de relações a conceber, a construir e a reconstruir e todos os seus moradores são participes desse processo⁴.

Nesse entendimento é papel do historiador, entre outras coisas, analisar no processo de construção da cidade os diferentes sujeitos que dela participam. Busca-se enfocar, assim, no presente texto os carvoeiros, trabalhadores que manejavam um produto essencial a vida da cidade no período, o carvão vegetal.

Além da documentação impressa do período⁵ o trabalho procurou embasar-se nos procedimentos da História Oral⁶. Mais que “uma onda passageira” ou um complemento à fonte escrita, as fontes orais se apresentam como uma rica fonte de pesquisa para o historiador na medida em que possibilitam meios de reconstrução do

² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Cidade Sobre os Ombros. Manaus: Valer, 1999, p. 11.

³ SILVA, Patrícia Rodrigues da. Disputando Espaço, Construindo Sentidos: Vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/Am – 1967-2010). Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. p. 20

⁴ OLIVEIRA, Jose Aldemir de. Manaus de 1920 a 1967: A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer, 2003, p. 25.

⁵ Periódicos (*Jornal do Comércio, O Jornal, Folha do Povo*); documentos oficiais (Código de Posturas, mensagens de governo, etc.)

⁶ As transcrições das entrevistas utilizadas neste trabalho constam nos anexos da dissertação defendida em setembro de 2017 (Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6536>). A despeito da fertilidade das fontes orais, vale destacar que alguns aspectos relacionados ao trabalho dos carvoeiros(as), não foram evidenciados nos relatos.



cotidiano e da memória de sujeitos, cujas vivências dificilmente seriam “entendidos ou elucidados de outra forma”⁷

A cidade, o trabalho e a cultura do carvão

O estado do Amazonas e especificamente a cidade de Manaus viviam pelo menos desde os anos de 1920, com a queda nas exportações da borracha, um momento bastante delicado em sua economia. Após uma breve euforia ocorrida nos anos da Segunda Guerra, com a batalha da borracha e os incentivos do governo de Vargas, a economia local volta a diminuir o ritmo das atividades nos anos seguintes.

Segundo a vertente historiográfica mais tradicional, esse arrefecimento econômico levou a total paralisia da vida na cidade; paralisia que, nesta perspectiva, só findaria com a implantação da Zona Franca de Manaus em 1967, fato este que, inclusive, seria o marco inaugurador de uma nova era de progresso e desenvolvimento econômico na cidade e no Estado.

Contudo, ainda que se tenham reduzido drasticamente às exportações da borracha sobretudo a partir da segunda década do século XX, a vida social e econômica e o próprio mundo do trabalho na cidade continuaram dinâmicos. Vale destacar que outros itens primários da economia ganharam importância, tais como: a castanha, couros e peles de animais, madeiras, fibras vegetais (juta, malva), guaraná, etc. Desse modo, a cidade continuou fluindo, vivendo e trabalhando, mas em outro ritmo.

Por outro lado, muitas pessoas passam a se organizar em torno de outras atividades ou mesmo reforçando aquelas que já existiam, como o trabalho na carvoaria. Vale ressaltar que, nesse período, o carvão vegetal tinha uma importância econômica significativa para o país e para a cidade, sendo utilizado como combustível em vários setores, além do próprio ambiente doméstico. As principais atividades deste campo, ligadas a produção e ao comércio, eram realizadas pelos carvoeiros. Importante frisar que a maioria desses trabalhadores exercia essa atividade por conta própria e muitas vezes simultaneamente a outras ocupações, como carroceiro, pescador, roceiro, entre outras.

O trabalho, a produção, a circulação e a comercialização do carvão.

Segundo um dos entrevistados, Alfredo Castro, ao ser questionado sobre a procedência do carvão comercializado por ele e por outros carvoeiros em seu ponto de

⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. 8.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 14



venda próximo a antiga Sub-usina do bairro Cachoeirinha⁸, afirmou que “o pessoal vinha de todo canto, vinha carregado de carvão e eu comprava”⁹. A fala de Alfredo é significativa, pois indica uma intensa movimentação de carvoeiros produtores e de outros que, a exemplo dele, comercializavam o produto na cidade.

Os principais pontos de produção do carvão eram as áreas de floresta que circundavam a cidade, bem como de municípios vizinhos. No entanto, pela memória de Wilton Alves, carvoeiro, eram os municípios próximos os principais locais fornecedores de carvão para cidade. Ele afirma que

o carvão era feito no interior, vamos dizer, era feito no Castanho, alto Rio Negro, o carvão mais conhecido era o de Puraquequara, o carvão mais conhecido nesse tempo não tinha lavra, não tinha caminhão, como eu to falando era carregado na voga, no remo mesmo, tirava um dia e meio no remo, remando, remando, remando, até chegar aqui no porto de Manaus. Mas naquela época Manaus era uma população pouca, não é como agora, agora Manaus tá grande.¹⁰

Segundo Alfredo Castro, os diversos carregamentos de carvão que revendia em seu ponto eram originários principalmente dos seguintes locais: “Tarumã, Tarumazinho, Tarumã Grande, daí do [inaudível], todo canto se exportava carvão, do Manaquiri, Puraquequara, tudo vinha carvão, nós comprava daí”¹¹. O escritor Moacir Andrade por sua vez descreve o processo de trabalho realizado por um carvoeiro nas matas que rodeavam a cidade

“Seu Antônio carvoeiro, entre muitos, famoso construtor de caieiras, queimava de uma só vez de dez a doze das quais tirava carvão uma semana depois. As caieiras eram construídas de lenha em toras que variavam de cinquenta centímetros a um metro, de árvores que eram escolhidas antes de ser abatidas. Essa lenha era empilhada em forma de pirâmide ou cone, cobria-se toda com palha de buçu verde e sobre esta, o barro, de preferência argila pura. Depois de pronto o edifício da caieira, abria-se no vértice da pirâmide um pequeno furo e na base outro furo, através do qual introduzia-se o fogo e logo depois hermeticamente fechado. Verificado que o fogo não apagou, vigiava-se durante três dias consecutivos e ininterruptamente para evitar que nas paredes, acidentalmente aparecesse alguma rachadura. Se isso acontecesse, toda a carga de carvão ficaria pedida, pois o fogo arderia até se transformar em cinzas”¹².

Embora enfatizem áreas e origens diferenciadas, o relato do carvoeiro e do memorialista são complementares e sinalizam para a existência de uma ampla rede de pessoas envolvidas com o trabalho em carvoaria, indo desde aqueles que produziam o

⁸ Até meados da década de 1950 esta usina gerava energia para parte da cidade, funcionando com motores a gás pobre, ou seja, com carvão vegetal, conforme relatório do governador Plínio Ramos Coelho (Relatório do Governador Plínio Ramos Coelho, 19 de março de 1955, p. 116).

⁹ Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2001, no local de trabalho.

¹⁰ Entrevista realizada em 01 de outubro de 2016.

¹¹ Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2001

¹² ANDRADE, Moacir. Manaus: Ruas, fachadas e varandas. Manaus: Ed. Humberto Calderaro, 1984Op. cit., p. 58.



carvão nas matas que circundavam a cidade ou localidades próximas, passando por revendedores que compravam a produção em determinados locais, sobretudo pelas margens fluviais da cidade¹³, e finalmente chegando as mãos dos vendedores ambulantes que realizavam entrega em domicílio. Sobre estes personagens e a atividade carvoeira em geral, Moacir Andrade tece o seguinte comentário

“Porque toda cidade que era naquele tempo que tinha 50, 60 mil habitantes viviam sobre auspícios do carvão, não tinha água, não nem eletricidade tinha nada, nada. Se cozinhava sobre carvão, quer dizer os caras tinha que comprar carvão dos caras que vinha da mata que trazia nos cavalos, e também vinha ali na beira do rio d’baixo da ponte de ferro eles vinha vender na Cachoeirinha vendia de monte né mas já pra revender, que por exemplos algumas que...havia naquela época lugar perto pra eles ficaram os cavalos, eles corriam a cidade inteira beco em tudo, aonde tinha uma pessoa morando aí ia o cavalo, aonde tinha uma pessoa morando por mais miserável que fosse, aí ia o cavalo, porque por mais que miserável fosse ele tinha que comer, e ele só comia se tivesse carvão se não, não ia cozinhar a comida dele, entendeu? Então toda parte era milhares, milhares de cavalos, a cidade cheirava bosta de cavalo, toda cidade...o cheiro de cavalo sujava toda indo e vindo, não tinha outra maneira¹⁴”.

A cidade que Moacir Andrade recorda é aquela de sua infância e juventude, vivida entre as décadas de 1930 e 1950, então oficialmente estagnada e parada, que vivia dificuldades de abastecimento de água e energia elétrica, o que certamente explica sua acidez em afirmar que a cidade não tinha água, não tinha eletricidade, não tinha nada. Ademais, chama atenção também no relato de Andrade, um dos aspectos que marcava o processo de circulação do carvão na cidade: o transporte feito no lombo de animais, principalmente cavalos. A coluna Notas policiais, do *Jornal do Comercio*, também revela este aspecto ao noticiar acidente envolvendo um carvoeiro

Foi Atropelado O Carvoeiro

“Tertuliano de Almeida Monteiro, carvoeiro, com 41 anos de idade, casado, domiciliado à rua Emilio Moreira, 1.644, quando subia aquela artéria montado em seu cavalo, vinha em sentido contrário um caminhão não identificado por Tertuliano, sendo que a cavalgada, não obedecendo as rédeas, dirigiu contra a mão, originando o cavaleiro ser lançado ao solo pelo veículo, que foi de encontro ao animal, saindo Tertuliano com os seguintes ferimentos: contusão na articulação escapulo umeral direito e escoriações generalizadas”.¹⁵

¹³ Um dos principais pontos de (re)venda do carvão nesse período constitui-se próxima a Sub-usina de energia no bairro da Cachoeirinha, as margens do Igarapé de Manaus, sobretudo do carvão produzido em municípios vizinhos, como Manaquiri. A praia do mercado municipal também era ponto de venda e revenda de carvão, assim como de muitos outros produtos regionais.

¹⁴ Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2016 em sua residência.

¹⁵ *Jornal do Comercio*, 18 de novembro de 1947, p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 31 de junho de 2016.



A despeito da proibição presente no Código de Posturas do Município de Manaus, então vigente, quanto ao trânsito e montaria de animais de qualquer espécie ocorrer nas ruas da cidade¹⁶, a partir do relato de Andrade, percebe-se que tal medida não chegava a ser observada por esses trabalhadores. Certamente que tal dispositivo, imbuído de seu sentido normatizador do espaço urbano, atentava contra suas práticas sociais e culturais, como o uso dos animais para o transporte de mercadorias, neste caso, o carvão, trazido de pontos distantes da área central e cujo percurso implicava por vezes transitar em estradas de terra batida.

Entendemos que este aspecto nos remete às observações de E.P. Thompson, quando ao destacar sua definição de cultura, afirma que esta se caracteriza por “um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o dominado, a aldeia e a metrópole”¹⁷. Para o autor, a cultura se manifesta sempre como uma arena no qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes¹⁸.

A mobilidade presente na atividade de alguns carvoeiros trazia para o meio urbano elementos do espaço rural que certamente não condiziam com aquilo que as classes dirigentes entendiam como o modelo de vida na cidade, e isto incluía a presença de animais. Nesse entendimento, Thompson nos adverte também que a lei faz parte de um campo de relações de forças e, portanto, nem sempre é imposta arbitrariamente sobre a população, sobretudo as classes populares.

Em certa média isso se inscreve também no que James Scott definiu como a resistência cotidiana, aquela que se caracteriza menos por confrontações massivas, organizações formais, manifestos, etc. e se configura exatamente por seu caráter informal, tácito, implícito, oculto¹⁹. Esse entendimento, certamente amplia também a noção de luta e resistência para além das esferas organizacional²⁰ ou mesmo institucional, e, desse modo, é possível igualmente perceber essas ações no dia-a-dia, na disputa pelos espaços de viver, morar e trabalhar.

¹⁶ Art. 692 do Código de Posturas do Município de Manaus, Ato nº 44, de 29 de julho de 1938.

¹⁷ THOMPSON, E.P. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17

¹⁸ THOMPSON, E.P., *Op.Cit.*, 1998, p. 117.

¹⁹ SCOTT, James C. *Exploração normal, resistência normal*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 223.

²⁰ Os relatos orais não permitiram identificar a existência de algum tipo de organização formal da categoria, associação ou mesmo sindicato.



Além dos municípios limítrofes e das áreas de matas afastadas do perímetro urbano cuja produção e distribuição ocorria informalmente por carvoeiros, observamos que em algumas colônias agrícolas²¹ mantidas pelo governo estadual também havia uma produção carvoeira. O informe publicado em um periódico local evidencia essa realidade

Cominhoes (sic) para os moradores da Colônia Campos Sales

“Nenhuma negligência dos choferes, será tolerada pelo governador.

No escopo de estimular o desenvolvimento agrícola da zona rural da cidade de Manaus e, ao mesmo tempo, facilitar o abastecimento da cidade, o primeiro magistrado do Estado, pelo ofício n. GE-25 55, de ontem datado, determinou ao Diretor do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, seja posto à disposição dos moradores da Colônia Campos Sales, até ulterior deliberação, um dos caminhões daquela repartição, a fim de transportar, diariamente, daquela colônia para o Centro da cidade, os produtos que os agricultores e **carvoeiros** ali residentes destinarem a venda nos mercados²²”.

Além da venda nos mercados, que passava pelo controle do poder municipal, o carvão circulava, sobretudo, segundo o que relatou Wilton Alves, pelas mãos de diversos vendedores ambulantes²³ que adquiriam o produto diretamente aos produtores ou revendedores e o ofereciam a seus clientes ou compradores ocasionais. Nesse sentido ele nos relata que-

“naquele tempo tinha os carvoeiros de cabeça, cabeça que eu digo e aqueles que enchiam o saco, botavam na costa e saiam vendendo de porta em porta. Naquele tempo não tinha caminhoneiro, não tinha entregador, não tinha como tá agora, era os carvoeiros de cabeça que andavam de pé, vendendo cada um vendia uma lata”.²⁴

O relato de Wilton além de seu aspecto informativo e descritivo vem carregado sempre de algum significado e um deles é exatamente em relação aos tempos da narrativa que nos remetem a analogia proposta por Alessandro Portelli, denominada *lançadeira*. Nesta perspectiva, sempre a “estória está sendo contada tendo o presente em mente”²⁵. Nesse sentido, atualmente o carvão e o trabalho do carvoeiro são perpassados por outros significados e personagens.

²¹ Além da Colônia Campos Sales citada no informe, conforme Mensagem do Governador Plínio Ramos Coelho de março de 1958, haviam pelo menos mais duas colônias agrícolas funcionando nos arredores de Manaus: Cláudio Mesquita e Efigênio Sales (Mensagem do governador Plínio Ramos Coelho, 15 de março de 1958, p. 10)

²² *Jornal do Comercio*, 4 de fevereiro de 1955, grifo nosso.

²³ O Decreto Lei nº 292, de 14 de agosto de 1946 estipulava uma taxa sobre o trabalho de diversos vendedores ambulantes.

²⁴ Entrevista realizada no dia 01 de outubro de 2016 em sua residência.

²⁵ PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In FENELON, Dea Ribeiro et al. *Muitas Memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 302.



Alfredo Castro, por outro, lado destaca que alguns carvoeiros que atuavam na comercialização do carvão costumavam dividir o tempo com outras atividades, certamente uma estratégia que garantia uma melhora nos rendimentos

“Pois é, naquele tempo a carroça, que tinha duas carroças uma do Benjamim outra do Parafuso. O Parafuso até a época que eu comecei a vender aqui esse Parafuso botou bem aí onde fizeram o trabalho ali na entrada botou uns saquinhos pra vender ali, e tinha a burrinha dele aqui quando não tinha trabalho ele tava ali vendia algum saquinho, quando chegava o trabalho ele deixava o carvão dele ia fazer o frete na carroça dele”.²⁶

A fala de Alfredo chama a atenção novamente para a simultaneidade de ocupações com as quais estes trabalhadores envolviam-se, onde neste caso o carvoeiro também atuava como carroceiro. Relevante ainda é observar que o trabalhador era o proprietário de seu instrumento de trabalho, a carroça.

A atuação desses e de outros trabalhadores que, certamente circulavam pelas ruas e calçadas da cidade transportando e disponibilizando seus produtos, se, por um lado, representava uma comodidade para os consumidores, por outro lado não deixaria de receber críticas de setores da sociedade representados no discurso jornalístico, sendo essa presença vista por vezes como incômoda no espaço citadino. Nesse sentido, a matéria publicada em um periódico local evidencia esta realidade:

Deve haver uma proibição no sentido de impedir que carregadores transitem com volumes a cabeça, pelo meio das calçadas.
“Uma grave irregularidade que se tem verificado em Manaus é a que se verifica (sic) em relação à condução de volumes pelas caçadas a fora (...) Em parte alguma do mundo, onde haja uma cidade civilizada admite-se semelhante coisa, pois para isto há regulamentos policiais rigorosos impedindo que se passe com volume a cabeça pelas calçadas. Em Manaus isto não foi resolvido, constituindo um verdadeiro perigo andar-se em muitas calçadas, pela ameaça de receber-se de um momento para outro uma tremenda encontrada. A polícia deve tomar enérgicas providências a respeito, impedindo que pessoas conduzindo volumes transitem pelas calçadas”.²⁷

Para além da preocupação com a segurança dos transeuntes, entendemos que este discurso demonstra também as diferentes visões sobre os modos de circulação no espaço público da cidade. É notório que, em última análise, estas concepções relacionam-se, conforme Raquel Rolnik, a um movimento de separação das classes sociais e de funções do espaço urbano²⁸. Para a autora, “é como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um de seus moradores”²⁹. Nessa perspectiva, Antônio Arantes também analisa que

²⁶ Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2001, no local de trabalho.

²⁷ *Folha do Povo*, 18 de fevereiro de 1950.

²⁸ ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 41.

²⁹ ROLNIK, Raquel. *Op. cit.* 1995, p. 41.



“Neste espaço comum cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam e nivelam, hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias ou os grupos sociais em suas múltiplas relações”.³⁰

Ademais, cabe salientar que o serviço popular de entrega em domicílio, destacado por memorialistas³¹ e pelos próprios carvoeiros, começou a enfraquecer provavelmente ao longo da década de 1960 e no início da década de 1970, já era anunciando como algo do passado pela imprensa periódica. A expansão de novas fontes energéticas, como o gás de cozinha no ambiente doméstico, observado então como um sinal do progresso que a cidade experimentava em virtude da implantação anos antes da ZFM, contribuiu em certa medida para este declínio. A matéria publicada pelo *Jornal do Comércio* de 26 de julho de 1970 sinaliza para este processo

“Quem não se lembra da época em que nem todos possuíam geladeira e que ouvia-se de longe o badalar de um sino anunciando que a carroça de gelo (o geleiro) pegando um sol violento entregava o gelo a domicilio – em sua casa talvez não pudesse usufruir desse conforto. E o carvoeiro – era o mesmo problema, a dona esperava tranquilamente o carroceiro vendedor de carvão, como quem espera hoje, em dias marcados o caminhão de gás – tudo acabou, o desenvolvimento se fez presente no nosso Amazonas e das carroças, dos carroceiros e dos burros só resta mesmo uma recordação – na certeza de que contribuíram também para o progresso que ora experimentamos”.³²

A despeito do que divulga a matéria jornalística, certamente que o serviço de fornecimento de gás ainda não estava amplamente generalizado na década de 1960 e mesmo na década seguinte entre as camadas populares. Segundo pesquisa realizada em meados da década de 1960 por Matias Martinho Lenz com moradores da cidade flutuante, somente 24,2% tinham acesso ao gás de cozinha, enquanto 75,8% usavam carvão, lenha e querosene como combustível para uso doméstico³³.

Judith dos Santos, uma das entrevistadas, afirmou que, no bairro onde morava, o Santo Antônio, “muita gente cozinhava no carvão, num tinha gás por aqui, todo mundo cozinhava, assava, principalmente esse pessoal que faz banca, era onde vinho comprar meu carvão, passar roupa, sabe”.

³⁰ ARANTES, Antônio. A guerra dos lugares: mapeando zonas de turbulência. In: Paisagens paulistanas: transformações do espaço público. São Paulo/Campinas: Imprensa Oficial/Edinacamp, 2000, p. 191 apud SILVA, Patrícia Rodrigues. Disputando espaço, construindo sentidos: vivência, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967-2010). Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica/SP. São Paulo, 2011, p. 29.

³¹ Jefferson Peres ressalta que “era muito grande o número de vendedores ambulantes entregadores e carreteiros, que atendiam em domicílio. Os mais solicitados, e talvez mais sacrificados, eram os carvoeiros” (PERES, Jefferson. Op. Cit., 2002, p. 207)

³² *Jornal do Comercio*, 26 de junho de 1970.

³³ apud SOUZA, José Leno Barata. Op. cit., 2010, p. 180



O ambiente doméstico era sem dúvida um dos principais consumidores de carvão nesse período. Fogões, fogareiros, ferros de engomar eram utensílios domésticos que dependiam desse produto para funcionar. Atendendo a preceitos higienistas e alardeados como modernos e elegantes, os fogões a carvão vegetal já eram comercializados desde meados da década de 1930, em Manaus, muito embora, em outras cidades os mesmos já estivessem sendo substituídos pelos fogões a gás³⁴.

Segundo Moacir Andrade, estes fogões, comprados sob encomenda, vinham de outros países, o que os encarecia sobremaneira. A posse de um equipamento como esse e o combustível que o abastecia acabava denotando assim a distinção social em Manaus, nesse período, realidade essa, observada pela memória de Wilton Alves quando afirmou que “carvão significava nessa época, agora com quem podia ter fogão, e assim do mesmo jeito era naquela época, quem queimava carvão era milionário, era rico, e o carente só queimava lenha”³⁵. Sobre este aspecto, Moacir Andrade ressalta que

“Comprar lenha ou carvão vegetal era negócio que se fazia diariamente em todos os pontos da cidade, desde o bairro, mas granfino até o mais humilde, pois os fogões de ferro, ou de barro e os fogareiros gastavam muito material [...] Os fogões de ferro, muito caros, eram importados da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Irlanda, Portugal, Escócia ou da França. Havia os esmaltados, ainda mais caros, decorados com flores e desenhos muito sugestivos nas portas dos fornos e dos lados; esses somente os ricos podiam possuir. Havia, entretanto os fogões de barro também muito bem fabricados por pedreiros especializados, aos quais, depois de todo pronto em alvenaria de tijolo e argila, adaptavam as portas do fogão e do forno, além da tampa, com as devidas aberturas para as painéis, que também eram de ferro”³⁶.

Sem acesso aos fogões de ferro, as camadas populares utilizavam-se de fogareiros³⁷, que além da lenha poderiam ser abastecidos também com carvão ou usavam os velhos fogões de barro. Observa-se, assim o ambiente doméstico e, mais precisamente, o espaço da cozinha expressando as contradições e diferenciações sociais que a cidade vivia nesse contexto³⁸.

Por fim, salientamos que o trabalho na carvoaria, respondendo a uma necessidade econômica dos segmentos populares, se insere também numa dinâmica

³⁴ SILVA, Joao Luiz Máximo da. Transformações no espaço doméstico – o fogão a gás e a cozinha paulistana, 1870-1930. In Anais do Museu Paulista. São Paulo. v.15. n.2. p. 197-220. Jul/dez. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200018.

³⁵ Entrevista realizada no dia 01 de outubro de 2016 em sua residência.

³⁶ ANDRADE, Moacir. Op. Cit., 1984, p. 55.

³⁷ Peça de metal com um fundo onde se depositava o carvão, semelhante a uma pequena churrasqueira atual.

³⁸ O Código de Posturas em vigor na época, nos seus artigos 205 a 209, fazia claras distinções quanto ao que deveria ser uma cozinha padrão e uma cozinha popular, estipulando medidas, materiais, localização, etc. (Código de Posturas do Município de Manaus, ato nº 44, 29 de julho de 1938)



própria da cultura amazônica, da cultura da floresta em que diversas atividades e experiências emergem destes espaços: roçar, tirar lenha, fazer carvão etc. Nesse sentido, é significativa a fala de carvoeiro Wilton Alves quando

“Você trabalhava amplo, livre, em qualquer parte que você encostava, fazia sua farinha, fazia sua caieira, não tinha dificuldade, não tinha imposto não tinha nada, só existia o imposto da mercadoria e comércio que era o que a gente comprava né, que se pagava os imposto para os fiscal, fora disso não existia nada que sem dificuldade, era o tempo de rosa como chamavam naquela época, não tinha perseguição, muita fartura, muito peixe, caça você num matava uma caça porque você não tinha necessidade de matar porque tinha o que comer o que beber era bom demais, era uma época que dava seus nomes nos alfabetos mas era uns alfabetos fiel que não roubava que tinha sua palavra certa, agora não, agora ninguém só estamos esperando em Deus mesmo, fora Deus não tem mais ninguém”.³⁹

Além de nos remeter às práticas sociais e econômicas do homem interiorano, chama a atenção também na fala de Wilton as suas concepções próprias quanto ao uso do espaço florestal. Nessa perspectiva, reportamo-nos as observações feitas do historiador E.P. Thompson, quando salienta que

“Para o observador desprevenido, uma floresta aparece simplesmente como uma área inculta – uma extensão de arvoredos e charnecas que se manteve selvagem, onde animais selvagens, inclusive os cervos, podem correr à vontade. Mas uma floresta tem sua complexa economia própria; onde se multiplicam os povoamentos, as reivindicações concorrentes dos gamos e veados, caças menores, porcos, reses e carneiros, e as exigências humanas de madeira, carvão e transporte”.⁴⁰

É importante observar, portanto, que o homem interiorano, aquele que está inserido no ambiente da floresta e que dela vive, a percebe exatamente como um espaço rico de possibilidades em que se apresentam variadas formas de manejar seus recursos naturais.

Considerações finais

O espaço urbano de Manaus acomodava múltiplas categorias de trabalhadores, que, em sua labuta diária, forjavam, dentro de uma cultura própria, múltiplas estratégias sobrevivência e de se relacionar com este espaço, sejam nas suas próprias formas de viver, morar e trabalhar.

Muito embora os trabalhadores aqui abordados não tenham expressado suas demandas e insatisfações por meio de ações coletivas, entendemos que eles entrelaçaram, em suas próprias formas cotidianas de viver, trabalhar e morar, atitudes de resistência.

³⁹ Entrevista realizada no dia 01 de outubro de 2016 em sua residência.

⁴⁰ THOMPSON, E.P. Senhores e caçadores: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 31-32.



Acreditamos, assim, que a experiência social de todos os sujeitos históricos, em especial dos trabalhadores, não se esgota apenas em sua organização formal ou institucional.

Data de Submissão: 29/06/2021

Data de Aceite: 09/08/2021

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Moacir. **Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas**. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1985.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento**. Manaus: Valer, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Um pouco antes e além depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CORREA, Armando Magalhães. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

CORREA, Luiz de Miranda. **A Borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1967.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, Cezar Antônio. **Fabricação de Carvão Vegetal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FORTES, Alexandre et al (Orgs). **Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a História do Trabalho**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

GUERRA, Claudio. **“O carvão vegetal no Brasil”** In: PRADO, Marcos. Os carvoeiros. Brasília: Ministério da Cultura, 1999.



- HOBBSAMW, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LINDEN, Marcel van der. **Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial**. História, São Paulo, v. 24, n. 42.
- OLIVEIRA, Jose Aldemir de. **Manaus de 1920 a 1967: A cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Valer, 2003,
- PERES, Jefferson. **Evocação de Manaus: como eu a vi e sonhei**. Manaus: Valer, 2002.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1889-1925)**. Manaus: Edua, 1999.
- PINTO, Maria Inez Machado Borjes. **Cotidiano e Sobrevivência: A Vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo (1890-1914)**. São Paulo: Edusp, 1994 (Campi; 18).
- PRADO, Marcos. **Os Carvoeiros**. Brasil: Ministério da Cultura, 1999.
- PRAIA, Benta Litaiff. **A crise da economia e o mundo do trabalho em Manaus (1910-1930)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2010.
- SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a09n5.pdf>.
- SILVA, Patrícia Rodrigues da. **Disputando Espaço, Construindo Sentidos: Vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/Am – 1967-2010)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.
- SOUZA, Elza Coelho de. “Carvoeiro” In: Revista Brasileira de Geografia, Out-Dez 1946, n. 4.
- SOUZA, Leno José Barata. “Cidade Flutuante” - **Uma Manaus Sobre as Águas (1920-1967)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/SP. 2010.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.